

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.195 - RJ (2019/0263976-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ALEXANDRE SIMÕES DA CAMARA E SILVA - RJ099488
RECORRIDO : OSMAN ALVES DE OLIVEIRA FILHO
RECORRIDO : GUMERCINDO FONSECA
ADVOGADO : ANDRESSA LUCIA DE LIMA SILVA - RJ170149

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 77):

Ação rescisória. Gratificação de encargos especiais por ato de bravura. Benefício concedido em caráter individual pelo Decreto nº 21.753/1995 aos policiais civis e militares e aos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro. Suspensão pelo Decreto nº 26.249/2000. Acórdão rescindendo que reformou sentença de extinção do feito sem exame do mérito, por entender ser ilegal a revogação da gratificação de forma genérica, impessoal e abstrata, desconsiderando o reconhecimento individual do ato de bravura formalmente reconhecido pela autoridade competente, através do devido procedimento administrativo e nos termos da legislação vigente à época. Pedido rescisório com base em alegação de ofensa à literal disposição do artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932 e erro de fato. Inocorrência. Obrigação de trato sucessivo. Mera pretensão de reexame da causa. Improcedência.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 114/120)

A parte recorrente aponta dissídio jurisprudencial e violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32. Sustenta a ocorrência da prescrição do fundo de direito no caso, pois, *"Ao contrário do afirmado pelo acórdão recorrido, a hipótese é de prescrição de fundo de direito, e não de prestação de natureza de trato sucessivo, o que evidencia que houve cristalina violação à legislação federal (art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/1932), já que a gratificação deixou de ser paga ao recorrido por ato comissivo de caráter normativo que a extinguiu, e não por ato omissivo"* (fl. 131).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 173/175).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação comporta acolhida.

Com efeito, o Tribunal de origem entendeu pela não ocorrência da prescrição do fundo de direito, sob a seguinte fundamentação (fls. 81/84):

O acórdão objeto do pedido rescisório é oriundo da 1ª Câmara Cível deste Tribunal, de relatoria do Desembargador Maldonado de Carvalho, no sentido de reconhecer a ilegalidade da revogação da gratificação por ato de bravura concedida em caráter individual pelo Decreto Estadual nº 21.752/1995 aos policiais civis e militares e aos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, assim como a inoccorrência de prescrição do fundo de direito, por se tratar de obrigação de trato sucessivo.

Assinalou o eminente Desembargador Relator o seguinte: 1. O diploma normativo instituidor do benefício se preocupou com a situação individual (meritória) de cada um dos agraciados, através de procedimento próprio, em que a motivação está assentada nos fatos que geraram o benefício. 2. A revogação do benefício só estaria autorizada se vinculada a procedimento individual, motivada nos mesmos fatos que geraram o benefício. 3. Configura-se ilegal a revogação da gratificação de forma genérica, impessoal e abstrata, que desconsidera o reconhecimento do ato de bravura que fora formalmente assim reconhecido pela autoridade competente, através do devido procedimento administrativo e nos termos da legislação vigente à época.

Essa decisão foi exarada com fundamento na jurisprudência pacífica desta Corte, respaldada nas decisões do Órgão Especial, que consideraram como ato ilegal e abusivo a revogação do benefício concedido na vigência do Decreto nº 21.753/95 pelo Decreto nº 26.249/2000 e reconheceram a natureza de prestação de trato sucessivo das verbas pleiteadas, consoante se observa nos acórdãos abaixo transcritos:

(...)

Diante da inoccorrência da prescrição do fundo de direito das verbas perseguidas na demanda originária, conforme precedentes citados, inexistente violação ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32, e, tampouco, erro de fato resultante da análise do processo.

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, o acórdão recorrido diverge da jurisprudência desta Corte, firme no sentido de que, em se tratando de ato de efeito concreto que suprimiu vantagem recebida pelo servidor, a contagem do prazo prescricional inicia-se a partir da sua publicação, não havendo falar em relação de trato sucessivo na espécie.

Ainda na linha de nossa jurisprudência, "*O Decreto n. 26.249/00, ao revogar o ato normativo que instituiu a gratificação de encargos especiais por mérito e ato de bravura, consubstanciou-se em ato único de efeito concreto. Dessa forma, eventual alegação de violação a direito deve ser promovida até cinco anos depois de sua entrada em vigor*" (AgRg nos EDcl no REsp 1136587/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2011, DJe 08/04/2011).

A propósito, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PRETENSÃO DE RESTABELECIMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. ALTERAÇÃO PELO DECRETO ESTADUAL 23.644/1997. ATO DE EFEITO CONCRETO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO CONFIGURADA.

1. Trata-se, na origem, de Ação Ordinária na qual o ora recorrido questiona a legalidade do Decreto Estadual 26.249/2000, que, ao revogar o Decreto Estadual 21.753/1995, interrompeu o pagamento de gratificação paga a policiais e bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro que se destacassem no desempenho de suas funções.

2. O Tribunal de origem afastou a prescrição, sob o fundamento de que o caso dos autos versa sobre relação jurídica de trato sucessivo, em que a obrigação da autoridade impetrada se renova a cada mês.

3. Todavia, nesta específica hipótese, em que o ato normativo de efeitos concretos suprime vantagem pecuniária de servidor público ou de seus dependentes, a ação respectiva deve ser ajuizada no prazo de cinco anos, a contar da vigência do ato, sob pena de prescrever o próprio fundo de direito. Precedentes do STJ.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1609612/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS POR ATO DE

Superior Tribunal de Justiça

BRAVURA. SUPRESSÃO. DECRETO ESTADUAL 26.249/2000. ATO DE EFEITO CONCRETO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. Ocorrência. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que ocorre a prescrição do fundo de direito nos casos de supressão de gratificação, vantagem ou benefício percebidos por servidor público, por se tratar de ato único, de efeito concreto. *Precedentes.*

2. Hipótese em que a ação ordinária foi proposta em 23.8.2008, quando já decorridos mais de cinco anos da data da edição do Decreto 26.249, de 2.5.2000, ato de efeito concreto que suprimiu a Gratificação de Encargos Especiais por Ato de Bravura.

3. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1291894/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. SUPRESSÃO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 26.249/2000. ATO DE EFEITOS CONCRETOS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. Ocorrência.

1. Em se tratando de supressão de gratificação, a hipótese é de prescrição do fundo de direito, por se tratar de ato único e de efeito concreto.

2. Recurso provido.

(REsp 1283978/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 30/10/2012)

No caso, como a ação somente foi proposta em 22/3/2011, 11 anos após a edição do Decreto Estadual nº 26.249/2000, há de ser reconhecida a ocorrência da prescrição do fundo de direito.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a ocorrência da prescrição do fundo de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator